

# História e arte no Cemitério da Consolação



Texto de José de Souza Martins

## AS ORIGENS DO CEMITÉRIO DA CONSOLAÇÃO

Apesar de inaugurado no dia 15 de agosto de 1858, podemos dizer que a história do cemitério da Consolação é mais antiga, remontando mesmo ao ano de 1829, época em que o vereador Joaquim Antonio Alves Alvim defendeu, pela primeira vez, a construção de um cemitério público na cidade.

Até então, a prática vigente preconizava que os corpos deveriam ser sepultados em solo sagrado, no interior das igrejas, pois entendia-se que a proximidade dos santos poderia auxiliar a entrada da alma no Paraíso.

Desde finais do século XVIII tal costume já estava sendo condenado pelos higienistas, que diziam ser este um hábito perigoso à saúde. A presença constante de epidemias na cidade, que resultava numa contínua manipulação dos restos mortais no interior das igrejas, produzia os temidos miasmas (mau cheiro), estes tidos como a grande causa das doenças no período pré-microbiano.

Tendo em vista o fato de envolver crenças religiosas arraigadas, os debates a respeito dos sepultamentos foram intensos, tendo perdurado por cerca de 30 anos desde aquela proposta do vereador Alvim. Nesse período, a idéia de se construir um cemitério público sofreria algumas alterações: a princípio ele deveria ser edificado ao lado da igreja da Consolação, e isso conforme opinião do engenheiro Carlos Rath e dos médicos Líbero Badaró e Cândido Gonçalves Gomide; posteriormente, ele seria deslocado para o bairro da Luz (em 1832) e para o bairro depois conhecido como Campos Elíseos (em 1854).

Em 1855, o mesmo Carlos Rath elabora um novo estudo e indica que o melhor local para a construção do cemitério público paulistano seria os altos da Consolação. Um amplo estudo precedeu esta decisão do engenheiro, que levou em conta a elevada altitude da região, a direção dos ventos dominantes, a qualidade do solo e a sua “grande distância” da cidade.

Parte das terras era de domínio público, nas margens da antiga Estrada dos Pinheiros, e parte pertencia a Marciano Pires de Oliveira, proprietário de uma grande chácara no local. Iniciadas as obras em 1855, já no ano seguinte a Câmara Municipal adquire parte da chácara de Marciano pelo valor de 200\$000 (Duzentos mil) Réis. Um outro terreno também foi doado por aquele proprietário.

A empreitada, porém, seguia morosa por conta da falta de verbas. Pensando nesse problema, a Marquesa de Santos doaria, em 1857, um total de 2 Contos de Réis (uma pequena

# História e arte no Cemitério da Consolação

José de Souza Martins

Gosto de percorrer o Cemitério da Consolação como um dos lugares em que ainda vivem, de maneira fortemente simbólica, muitos personagens da história paulistana, vários dos quais são também personagens de episódios marcantes e decisivos da história brasileira. Vivem porque de vários modos ligaram-se definitivamente àquilo que somos e que é, também, em boa medida, o que já não podemos deixar de ser. O Cemitério da Consolação é um espelho em que os vivos se refletem e se encontram na memória dos mortos. Ali, no silêncio definitivo, podem os mortos ser interrogados e compreendidos no seu legado a este País e a São Paulo, estado e cidade.

Um passeio pelo Cemitério da Consolação é um passeio por dentro da nossa alma coletiva, uma visita a nós mesmos, a descoberta e a confirmação das configurações objetivas do que dá sentido ao que fazemos e ao que deixamos de fazer. Resíduo denso das significações fundamentais que têm orientado a nossa mentalidade coletiva e nossa visão de mundo nos últimos dois séculos, que é a idade de seus mortos mais antigos.

Há quase 30 anos costumo visitá-lo com meus alunos para, em percursos pré-determinados, seguir uma linha temática e dar-lhes uma aula de história social que é também uma aula de história das mentalidades. É ali que podemos compreender quanto permanece do nosso passado e da nossa invenção como povo neste cenário confuso de superações aparentes e de transformações radicais.

Logo depois de passar pelo **portão monumental** que Ramos de Azevedo projetou para o Cemitério, na rua da Consolação, no corredor





da entrada, é inevitável parar diante do túmulo, à direita, do **padre Ildefonso Xavier Ferreira** (1795-1871), que foi dos primeiros professores da Faculdade de Direito. Provavelmente, não é o túmulo original. Trata-se de uma capela sóbria e sem ornamentos, do tipo que se difundiu nos nossos cemitérios bem depois de seu falecimento [**Quadra 29, Terreno 17**]. O padre Ildefonso, que nasceu em Curitiba, quando o Paraná era ainda uma comarca da Província de São Paulo, e faleceu num fim de

tarde em sua casa na atual praça João Mendes, foi dos atores principais da iniciativa propriamente teatral que assegurou a Independência do Brasil no formato que veio a ter.

O Príncipe dom Pedro, então um jovem de 24 anos, viera a São Paulo para restabelecer a ordem política. Havia um conflito entre os que na Junta de Governo podem hoje ser definidos como pró-Portugal e os que podem ser definidos como pró-Independência. O Príncipe convocara dois membros da primeira facção, o presidente da Junta, João Carlos Augusto de Oeynhausien, e Francisco Inácio de Sousa Queirós, para que comparecessem perante ele, no Rio de Janeiro. Como, em consequência e legalmente, assumiria o governo Martim Francisco Ribeiro de Andrada, da outra facção, irmão de José Bonifácio, os aliados de Francisco Inácio impediram que os convocados saíssem de São Paulo e promoveram a demissão de Martim Francisco. O golpe político, conhecido como “Bernarda” de Francisco Inácio, de maio de 1822, provocou a nomeação de uma Junta Trina de Governo e a vinda de dom Pedro a São Paulo para pacificar os ânimos.

Daqui foi ele a Santos numa manifestação de apreço à família Andrada, que ali vivia, de seu ministro e braço direito José Bonifácio de Andrada e Silva. Fez o Príncipe a penosa viagem de volta numa mula, abatido por uma diarreia que o obrigou a parar várias vezes no difícil trajeto de subida da serra, no então chamado Caminho do Mar. Após a última parada, em São Bernardo, no bairro dos Meninos, recebeu na colina do Ipiranga,

para onde se adiantara a Guarda de Honra, que ali o esperava, cartas da esposa, a Princesa Leopoldina, e de José Bonifácio que o alertavam para a decisão das Cortes de Lisboa determinando seu imediato retorno a Portugal. Era um golpe contra o processo da Independência do Brasil, já parcialmente efetivada no formato de instauração do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por iniciativa do próprio Príncipe Regente, Dom João, em 1815.

O grito da Independência, que o Príncipe imaginava estar proclamando, em 7 de setembro de 1822, era uma reafirmação da Independência já concedida e uma das independências possíveis do Brasil nas várias tramas políticas que a concebiam de diferentes modos. Já em 1806, bem antes da chegada da Família Real ao Brasil, os ingleses tinham um plano escrito, que está na Biblioteca Britânica, de promover a vinda do Príncipe herdeiro para cá e por meio dele proclamar a Independência sob tutela britânica, de maneira a assegurar mercados para a economia inglesa. Outro plano estava na cabeça de José Bonifácio, homem culto e politizado, santista de educação européia, casado com uma irlandesa. Era um plano que aproveitava de algum modo a presença do Príncipe na Colônia para proclamar a Independência do Brasil, de certo modo uma versão brasileira do, nessa altura, inevitável projeto inglês.

O Príncipe chegou de volta a São Paulo no fim da tarde daquele dia e foi hospedar-se no casarão do Barão de Iguape, na rua Direita, esquina da rua de São Bento, em frente ao que é hoje a praça do Patriarca. Dali, à noite, foi levado ao Teatro da Ópera, no Pátio do Colégio, que, na época, era o Largo do Palácio, onde, no antigo convento jesuítico, ficava o Palácio do Governo. A recepção no Teatro era uma manifestação de acolhida e homenagem promovida pela elite paulista. Estava ali um grupo de andradistas. Um deles, o padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, de 25 anos, que também viria a ser diretor da Faculdade de Direito, que o mesmo dom Pedro criaria cinco anos depois, animou o padre Ildefonso Xavier Ferreira, que tinha então 27 anos, a dirigir-se à frente do camarote em que estava o Príncipe e fazer-lhe uma saudação, previamente combinada. Foi o que fez e surpreendeu dom Pedro com esta aclamação: “Viva o primeiro Rei brasileiro!” E foi ali, pelo que se sabe, que o próprio Ildefonso gritou “Independência ou Morte!” Entre o acontecimento daquela tarde, no Ipiranga, e o daquela hora da noite, no Teatro, um grupo de jovens paulistas, alinhados com as idéias políticas de José Bonifácio, tramou a criação de um fato consumado que dava à Independência uma dimensão e um significado político

diverso daqueles que motivaram a proclamação na colina em que se encontra hoje o Museu Paulista. Tratava-se de induzir o Príncipe a uma decisão mais radical do que a que o motivara horas antes, a de uma efetiva independência do Brasil.

No Ipiranga, dom Pedro proclamara a reafirmação da monarquia portuguesa no Reino do Brasil unido ao de Portugal e Algarve. No Teatro do Pátio do Colégio, o padre Ildefonso proclamava um Reino do Brasil, independente de Portugal, com um rei brasileiro da mesma dinastia da de Portugal, a de Bragança. Coisas bem diferentes entre si, ainda que no espírito da conciliação que se tornaria tão própria da história política brasileira. O grito de dom Pedro movia o projeto de dom João VI e da dinastia, o da família real. O grito do padre Ildefonso movia o projeto de José Bonifácio, de um Brasil mais independente do que o Brasil do Reino Unido.

Dom Pedro voltaria ao Rio e lá se consumaria e consolidaria a trama do projeto político contido na proclamação do padre Ildefonso em nome dos andradistas e não o contido na sua proclamação do Ipiranga. Num certo sentido, a proclamação fazia da Independência uma revolução política dos jovens. A coroação do Imperador, no dia 12 de outubro de 1822, e a criação do Império do Brasil, separado do Reino Unido, o confirmariam. As tensões desse desencontro se arrastariam até à abdicação do Imperador em favor de seu filho, dom Pedro de Alcântara, em 1831, e, para alguns, até a proclamação da República, em 1889.

Seguindo adiante, na mesma rua, chega-se à praça circular onde está a capela do cemitério, também projetada por Ramos de Azevedo.



Ainda à direita de quem entra, quase na esquina [**Rua 1 - Terreno 3**], em túmulo sóbrio e simples, repousa a paulistana **Maria Domitila de Castro Canto e Melo**, Viscondessa de Castro e Marquesa de Santos (1797-1867). Foi ela a doadora de recursos que seriam empregados na construção da capela do Cemitério da Consolação, que, em 1858, inaugurou o ciclo dos cemitérios públicos paulistanos e com ele decretou o fim dos sepultamentos no interior das

igrejas. Até então havia apenas a exceção dos enforcados e dos escravos, sepultados no Cemitério dos Aflitos, no atual bairro da Liberdade, de que resta apenas a capelinha desse nome.

Uma nova consciência social das questões de saúde pública se materializou na abertura do cemitério, afastando definitivamente os mortos do convívio anti-higiênico com os vivos, banindo das igrejas o fedor dos cadáveres ali cada vez mais freqüentemente sepultados, com o crescimento da população, empestando o ar e perturbando as missas. Alterava-se a própria concepção da morte e redefiniam-se as bases da piedade popular.

No Cemitério recente muitas vezes vagou à noite o poeta Fagundes Varela, semi-enlouquecido pela morte de seu filho Emiliano, de três meses de idade, em 1863, na chácara em que vivia miseravelmente com a esposa, no bairro do Brás, atrás da igreja de São Bom Jesus de Matosinhos, na hoje avenida Rangel Pestana. Deve ter pensado ali, em meio aos montículos de terra dos túmulos iniciais do cemitério, como se vê numa fotografia de Militão de Azevedo, os versos tocantes de um de seus mais belos poemas, o “Cântico do Calvário”, dedicado à memória de seu menino:

Como eras lindo! Nas rosadas faces  
Tinhas ainda o tépido vestígio  
Dos beijos divinais, – nos olhos langues  
Brilhava o brando raio que acendera  
A bênção do Senhor quando o deixaste!  
Sobre teu corpo a chusma dos anjinhos,  
Filhos do éter e da luz, voavam,  
Riam-se alegres das caçoilas níveas  
Celeste aroma te vertendo ao corpo!  
E eu dizia comigo: – teu destino  
Será mais belo que o cantar das fadas  
Que dançam no arrebol, – mais triunfante  
Que o sol nascente derribando ao nada  
Muralhas de negrume!... Irás tão alto  
Como o pássaro-rei do Novo Mundo!  
[...]  
Dos sinistros impérios de além-mundo  
Com seu dedo real selou-te a fronte!  
Inda te vejo pelas noites minhas,  
Em meus dias sem luz vejo-te ainda,  
Creio-te vivo, e morto te pranteio!...

Naquele tempo, os adultos eram sepultados em quadras a eles destinadas, separados das crianças, então classificadas em anjos pequenos, anjos do meio e anjos grandes. Escravos também foram sepultados na Consolação, abrindo um cenário que na morte anulava simbolicamente as graves e profundas diferenças sociais da sociedade escravista, que até então prevaleceram com o sepultamento dos senhores nas igrejas e dos escravos no cemitério.

Domitila seria sepultada no Cemitério da Consolação poucos anos depois de sua inauguração. Ao gesto de civilidade e despreendimento da doação para a capela, legou a São Paulo a não pouco importante iniciativa de ter promovido e disseminado o costume de realização de saraus para encontro social e entretenimento de jovens de ambos os sexos. Até então, as mulheres viviam praticamente confinadas no gineceu doméstico, limitadas a conhecer parentes e a casar-se com primos, um costume paulistano muito mencionado por cronistas da época. Com os saraus da Marquesa de Santos e sob sua vigilância e das famílias, as moças tinham a oportunidade de conhecer os jovens estudantes da Faculdade de Direito, vindos de vários pontos do Brasil, por sua vez confinados nas repúblicas estudantis, barbarizados na gandaia da vida boêmia, longe dos pais. Sua iniciativa ampliava e diversificava a oportunidade de encontro civilizado entre futuros noivos e cônjuges. Uma verdadeira revolução na condição feminina e uma mudança de costumes sociais por meio das reuniões lítero-musicais e da verdadeira ressocialização para outra concepção da vida privada e do lugar da mulher na sociedade.

Apesar da imagem pública adversa e injusta, Domitila foi uma mulher sofrida, devotada à caridade e disseminadora da civilidade na rústica elite de São Paulo. Casou-se pela primeira vez aos 16 anos com o alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça, do Corpo de Dragões de Vila Rica, em 1813, de quem teve três filhos. Durante a gravidez de um deles, que morreria pouco tempo depois de nascer, fora espancada e esfaqueada pelo marido. Dele se separaria e retornaria de Minas a São Paulo, dele se divorciando em 1824, já no início do relacionamento com o Imperador dom Pedro I. Enviuvaria em 1833. Com o falecimento da Princesa Leopoldina, dom Pedro, contrataria matrimônio com a Princesa Amélia de Leuchtenberg, neta do rei da Baviera. Nos tratos para realização do matrimônio foi imposto como condição o banimento da Marquesa de Santos da Corte, o que se deu, retornando ela a São Paulo, em 1829.



Teve cinco filhos com o Imperador. Em São Paulo, recebeu apoio e acolhimento de Rafael Tobias de Aguiar (1794-1857), militar, futuro brigadeiro, com quem passaria a conviver, com ele se casando, em Sorocaba, no início da Revolução Liberal de 1842, chefiada por ele e pelo padre Diogo Antônio Feijó. Domitila teve dele quatro filhos. Adquiriu, em 1834, o sobrado da rua do Carmo, preservado, hoje conhecido como Solar da Marquesa, usado basicamente em dias de procissão para que, da sacada, o cortejo fosse apreciado, pois vivia no palacete do Brigadeiro Tobias, na rua que hoje leva esse nome, antiga rua Alegre.

À direita da capela do cemitério, e à esquerda de quem entra, no lado oposto àquele da sepultura da Marquesa de Santos, encontra-se o túmulo do paulistano **Eduardo da Silva Prado** (1860-1901) [**Quadra 10 - Terreno 5**]. Ele se distingue dos túmulos ao redor pela coluna partida de pedra rósea, que na linguagem simbólica dos cemitérios quer dizer que, para os amigos e parentes daquela pessoa, se tratava de alguém que morreu antes do tempo, alguém que merecia viver muito mais. Era amigo de Eça de Queirós, cuja família acolheu em Paris quando da morte do escritor. Os amigos de ambos eram da opinião de que Eduardo Prado fora a inspiração do perfil de Jacinto de Tormes, personagem de Eça, em *A cidade e as serras*.

Eduardo Prado era filho da lendária dona Veridiana Valéria da Silva Prado, filha do Barão de Iguape, com seu tio Martinho da Silva Prado. Riquíssima família de fazendeiros de cana de açúcar e, sobretudo, de café, industriais, banqueiros, donos de empresas, eram dos principais acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da Vidraria Santa Marina. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Monarquista, como toda a família, foi de todos eles o que menos se adaptou ao fato consumado da proclamação da República, que considerava



cópia do modelo americano, posição em relação à realidade brasileira. República nascida como ditadura, no golpe de Estado do Marechal Deodoro, em 1889, combateu-a através de seu jornal e logo de início combateu-a através da publicação dos livros *Os fastos da ditadura militar no Brasil* (1890) e *A ilusão americana* (1893), este confiscado pelo governo. Tornou-se um dos primeiros perseguidos políticos da República. Foi processado, seu jornal foi empastelado, teve que fugir, vagando pelo interior de Minas e da Bahia, até poder embarcar para o exílio na Europa.

O sepulcro despojado é de autoria de Amadeu Zani (1869-1944), italiano de Rovigo, reduzido à simbólica coluna partida e ao medalhão com o retrato de Eduardo Prado em relevo. Tem características mais de monumento de praça pública do que de cemitério e o próprio medalhão é mais retrato fotográfico do que escultura. O que talvez se explique pela precocidade da morte de Eduardo Prado e as características sociais, culturais e de mentalidade de sua família, aberta aos encantos dos saraus, das viagens e das virtudes da riqueza. Muito pouco funerária como se vê pelos túmulos de outros membros da família neste mesmo cemitério, desde o túmulo do Barão de Iguape, avô de Eduardo, na pracinha ao redor da capela. É significativo que nessa família de monarquistas, com exceção do patriarca, o Barão de Iguape, não tenha havido apreço pelos títulos nobiliárquicos, uma atitude bem característica do ascetismo burguês.

O escultor Amadeu Zani imigrou para o Brasil com 18 anos de idade. Acabou se radicando em São Paulo, onde viveu por muitos anos. É autor de monumentos notáveis da cidade, como o da Fundação de São Paulo, no Pátio do Colégio, e o monumento a Giuseppe Verdi, no Anhangabaú. Estudou com Rodolfo Bernardelli, no Rio; estudou, também, em Paris e Roma. Trabalhou nas obras de construção do Museu do Ipiranga com o arquiteto Gaudenzio Bezzi. Foi professor do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Daquele mesmo lado do cemitério, perto do muro que dá para a rua da Consolação, encontra-se o túmulo [**Rua 35 – Terreno 1-2**] de **dona Olívia Guedes Penteado** (1872-1934) e de seu esposo, Inácio Leite Penteado. Nascida em Campinas, de uma família de fazendeiros de café, teve palacete em Paris, onde acolhia artistas e intelectuais brasileiros que iam estagiar ou estudar, como Heitor Villa-Lobos, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Victor Brecheret e Tarsila do Amaral, cuja família



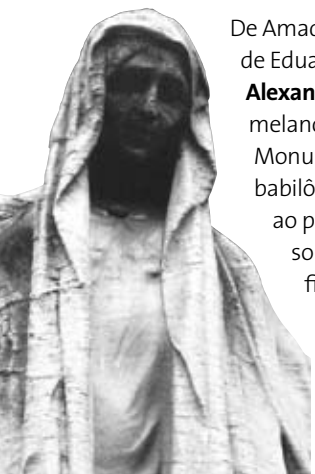
está sepultada não longe de seu túmulo. Foi uma ativista de organizações de caridade como a Cruzada Pró-Infância e uma ativista política e feminista que se empenhou para que fosse eleita a primeira mulher à Câmara dos Deputados, a dra. Carlota Pereira de Queirós. Historicamente, está próxima de outras duas mulheres que se destacaram, em São Paulo, nas ações pela emancipação da mulher como meio de emancipação da sociedade: a Marquesa de Santos e dona Veridiana Prado. Seu palacete, entre a rua Duque de Caxias e a rua Conselheiro Nébias, nos Campos Elíseos, demolido em 1947, foi lugar de encontro de artistas e intelectuais e teve até mesmo uma galeria de arte decorada por Lasar Segall. Sobre o túmulo, foi erguida uma das mais belas esculturas do Cemitério da Consolação, “Sepultamento”, de Brecheret. Com o título em francês, “Mise au Tombeau”, foi premiada em Paris, no Salon d’Automne, em 1923.

O escultor Victor Brecheret (1894-1955), nasceu em Farnese (Itália) com o nome de Vittorio Brecheret. Órfão de mãe aos 6 anos de idade, foi criado pelo tio materno, Enrico Nanni, cuja família emigraria para o Brasil. Em São Paulo, foi aluno do Liceu de Artes e Ofícios, a escola que, ao longo de seus anos, tem formado não só artesãos, mas também numerosos e conhecidos artistas brasileiros, muitos dos quais imigrantes, como Brecheret. Estudou também na Europa, onde recebeu influência de vários escultores, um dos quais Rodin. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, expondo no Teatro Municipal.



Numa das quadras à direita de quem entra no cemitério [**Rua 30 – Terreno 17**], está outra bela expressão do modernismo que chegava a São Paulo nos anos vinte, o primeiro no feminino do Cemitério da Consolação: “Solitude”, de Francisco Leopoldo e Silva (1879-1948). Representação da solidão, foi esculpido para a sepultura do

advogado **Teodoreto de Carvalho** e sua esposa, família antiga de São Paulo e Minas. O pai de Teodoreto, Teodoro, foi chefe de polícia, secretário da Agricultura e senador estadual. Francisco Leopoldo e Silva era de Taubaté, como seu irmão mais velho, Duarte, futuro arcebispo de São Paulo. Quando tinha dez anos, Francisco foi viver com seu irmão, que era então pároco de Santa Cecília, que o criou. Foi professor primário e estudou arte, tendo recebido bolsa para estudar escultura em Paris, retornou ao Brasil durante a Primeira Guerra, e com família já constituída, foi para Roma, após o conflito, para se aperfeiçoar. Já estudara aqui com Amadeu Zani, autor de várias obras expostas em lugares públicos de São Paulo e também no Cemitério da Consolação. Sofreu influência de Rodin. Teve estúdio no Palácio Episcopal, no início dos anos vinte, quando era arcebispo seu irmão, dom Duarte, na rua São Luís, onde é hoje a Biblioteca Municipal “Mário de Andrade”. Aparentemente, ali esculpiu “Solitude”, em 1922.



De Amadeu Zani, também autor do mausoléu de Eduardo Prado, há o sepulcro do **Conde Alexandre Siciliano** (1860-1923), hoje em melancólico abandono [**Rua 22 – Terrenos 3-4**]. Monumento, de 1927, com alegorias assírio-babilônicas, tem na figura feminina sobreposta ao portal da capela provavelmente a mais sombria das esculturas do Cemitério, a figuração de uma mulher em profunda dor. Alexandre Vincenzo Siciliano nasceu na Itália. Tornou-se conde papalino, em 1916, com título

obtido do Papa Benedito XV. Foi industrial, um dos donos da Companhia Mecânica e Importadora, e banqueiro. Propôs, em 1903, um consórcio de exportadores de café que levantariam fundos com banqueiros europeus para financiar a retenção de estoques, conter a queda nos preços e promover a valorização do produto. Adotada pelo governo de São Paulo, essa proposta se materializaria no chamado Convênio de Taubaté, em 1906, um acordo entre os governos de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, os três maiores produtores. O Convênio ficou mais famoso do que seus resultados, que não impediram a crise do café, de 1929, por falta de mercados, decorrência da crise econômica mundial daquele ano.

O sepulcro de Siciliano e sua família têm a monumentalidade de uma capela privada. Nessa obra de Amadeu Zani se expressa uma concepção estética da morte oposta à de Francisco Leopoldo e Silva, que fora seu discípulo. A obra de Silva é límpida, a inocência sensual de seus nus funerários expressa uma certa resistência da vida em face da morte, enquanto a arte de Zani simboliza a introspecção, a entrega, o recolhimento e a dor. A monumentalidade da capela do Conde Siciliano retrata uma religiosidade conformista, de descrença na vida, de fragilidade completa em face da morte.

À esquerda de quem olha para a capela principal do cemitério, sai da rua que a circunda uma larga rua em direção ao muro lateral, para o lado da rua Cel. José Eusébio [**Quadra 13 – Terrenos 21/22**]. É nela que fica um dos mais interessantes “túmulos sociais” dos cemitérios de São Paulo, os túmulos corporativos. Este é o Mausoléu dos Chapeleiros, da **Sociedade Beneficente dos Chapeleiros**, que reunia os operários da



Fábrica de Chapéus de João Adolfo. O túmulo é notável não só por essa característica, mas também pelo grande medalhão de bronze com a visão panorâmica em relevo da fábrica no Vale do Anhangabaú, na altura de onde está a estação desse nome do metrô. O ribeirão passava por dentro da fábrica, cuja água era aproveitada para produção do vapor nela empregado. A atual rua João Adolfo situa-se no que foi o interior da chácara em que a fábrica se localizava, nas proximidades do Largo da Memória. A representação contém em detalhes o conjunto da fábrica e é a única imagem abrangente que se tem de uma fábrica paulistana do século XIX. Ela dava fundos para a rua Formosa e a frente estava voltada para o lado do largo de São Francisco e o centro da cidade. Nem faltam os canteiros de uma horta situada aproximadamente na altura de onde é hoje o Viaduto do Chá.

João Adolfo Schritzmeyer (1828-1902) nasceu em Hamburgo, na Alemanha, veio para o Brasil em 1848 e, em 1851, estabeleceu a fábrica de chapéus em São Paulo. A fábrica foi visitada, em 1878, pelo Imperador dom Pedro II. Percorrendo-a, em 1883, o viajante Karl Von Koseritz, dizia que era uma das maiores fábricas do País, onde trabalhavam 132 pessoas com máquinas modernas. Koseritz foi recebido por um genro de João Adolfo, um pernambucano que falava alemão e morava com a família na própria fábrica. João Adolfo tinha também loja na cidade e chegou a enviar amostras de seus chapéus para os Estados Unidos.

O túmulo corporativo é praticamente um documento social sobre as relações de trabalho que o industrial implantou em sua empresa em tempos tão recuados da nossa industrialização. De certo modo, refletiam a estrutura das corporações de ofício, como se ela própria fosse uma dessas corporações, uma forma pré-moderna de organização dos trabalhadores.

Indo na direção do fundo do Cemitério, pela mesma rua de entrada, que circunda a capela, após o edifício da administração, encontra-se o túmulo da família de outro industrial que muito tempo depois de Schritzmeyer também deu uma conformação social à sua empresa, **Roberto Cochrane Simonsen** (1889-1948). Cinco anjos velam um Cristo crucificado, deitado sobre o sepulcro, belo conjunto escultórico em bronze, de Francisco Leopoldo e Silva, o mesmo autor de “Solidão”.

O primeiro sepultamento nesse jazigo [Quadra 49 - Terreno 15] foi de um filho de Roberto Simonsen, Fernando Cochrane Simonsen (1913-1926), menino que faleceu de peritonite. Em memória do filho, Roberto Simonsen e sua esposa Raquel fizeram vultosa doação à Santa Casa de Misericórdia, de cuja Mesa Administrativa Simonsen era membro, para construção de um prédio destinado à Cirurgia



Pediátrica, o Pavilhão “Fernandinho Simonsen”, lugar em que milhares de crianças tem recebido assistência gratuita. O Pavilhão foi inaugurado em 1931.

Roberto Simonsen foi um dos pioneiros na adoção de políticas sociais em sua fábrica, foi fundador e presidente da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo, fundador do Sesi e do Senai e da Escola de Sociologia e Política, da qual foi professor de história econômica. Na Cerâmica São Caetano, adotou, já em 1928, as férias remuneradas e, progressivamente, o abono de Natal, participação de empregados nos lucros e um décimo-quinto salário para os menores de idade que nela trabalhavam. Foi um dos principais teóricos do nacional-desenvolvimentismo. Era engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo. Faleceu repentinamente quando fazia, na Academia Brasileira de Letras, de que era membro, o discurso de saudação ao primeiro-ministro belga, que visitava o Brasil.



Quase na saída dos fundos do Cemitério, há os dois túmulos que encerram esta visita. Numa rua transversal [**Quadra 82 – Terreno 12/13**] numa escultura em granito cinza, também de Francisco Leopoldo e Silva, “Interrogação”, uma mulher nua sentada, com as pernas estendidas, semi-reclinada e pesarosa, representa um ponto de interrogação. Expressa o desafio de compreensão da morte de **Moacir de Toledo Piza** (1891-1923). Celebra o homenageado a memória de uma tragédia. Moacir Piza era advogado da turma de 1915 da Faculdade de Direito. Matou-se com um tiro, numa noite, dentro de um táxi, após matar Nenê Romano, com quem entretivera um caso de dois anos.

Esse era o nome pelo qual se conhecia Lina Machiaverni, imigrante italiana cuja família chegara ao Brasil quando tinha 2 anos de idade. Fora costureira no Brás. Moça lindíssima, acabou se tornando conhecida cortesã, companhia de homens famosos e poderosos. Era odiada pelas mulheres da elite. Num curso de carnaval, na avenida Paulista, jovem mancebo de família rica jogou-lhe um bilhete, o que foi percebido pela namorada, de uma das mais ricas famílias de fazendeiros de café. A moça ajustou dois jagunços da fazenda da família, em Ribeirão Preto, para que dessem um corretivo à cortesã. Nenê Romano levou uma navalhada no rosto num atentado de 1918, que a desfiguraria. Apresentou queixa e iniciou processo contra a mandante do crime. Mas o processo foi ficando pelas gavetas, pois era ação de prostituta contra gente poderosa.



Nenê, então, contratou Moacir Piza, advogado já famoso, para que desemperrasse o processo. Moacir Piza se apaixonou por ela. Estiveram juntos por dois anos na boemia, namorando em hotéis e táxis. Mas Nenê começou a sair novamente com outros homens, desinteressou-se por ele, que se tornou homem relapso em relação ao trabalho como jornalista e advogado. O namoro acabou. Moacir Piza foi procurá-la na noite de 25 de outubro de 1923, na tentativa de reatar o relacionamento. Ela estava de saída. Ele insistiu para que ela entrasse no táxi, para conversar. Na esquina da avenida Angélica com a rua Sergipe matou-a com quatro tiros e matou-se em seguida, caindo sobre ela.

A vingança da namorada do almofadinha que cortejara Nenê Romano já era indicação de que, entre as mulheres, culpada era a mulher, em casos assim. A escultura de Francisco Leopoldo e Silva, em forma de interrogação, também expressa a mentalidade da época em relação a mulheres como Nenê Romano: por quê? Que sentido tinha o suicídio de um moço de família antiga, parente de políticos, advogado estabelecido, boêmio conhecido, de vida alegre e de bem com a vida, que se apaixonara por uma pobre proletária do Brás, garota de programa de ricos e poderosos? E ainda por cima tendo ele cometido o exagero de escrever pouco tempo antes um soneto em que se perguntava:

Por que o bem de olvidá-la não consigo?  
Eu que, do seu amor, ando olvidado?

O Cemitério da Consolação tem muitas histórias de amor, dos tempos do amor romântico, dolorosas, sem dúvida, ainda que não trágicas como essa.

A poucos metros da sepultura de Moacir Piza, numa viela sem saída, numa exuberante escultura de mármore branco de autor anônimo, como que ressuscita a sensualíssima figura de uma jovem plena de vida, o vestido transparente e colante esculpido com delicada competência na pedra dura. É a sepultura [**Quadra 76, Terreno 30**] de **Luiza Crema Marzoratti** (1896-1922), falecida



num dia primeiro de maio, um domingo. Luiza nascera na Itália e imigrara pouco antes, recém casada, para o Brasil, com o esposo, jovem engenheiro que para aqui viera contratado por uma empresa. O marido, desolado, mandou embalsamá-la, para com ela retornar à Itália. Ela era musicista, chopiniana. A mãe, poetisa decadentista, mandou da Itália uma placa de bronze com um poema em memória da filha, escrito em italiano, que pedi fosse traduzido por Darly Nicolanna Scornaiencchi, que foi professora de Língua e Literatura Italiana na Universidade de São Paulo:

Distante da carícia materna  
pendeste qual pálido jacinto  
e agora não dizes mais aos mortais  
as noturnas harmonias de Chopin.  
Mas aquela música invisível  
ainda conserva e vive o amor  
que à vida te deu  
e à vida hoje te chama.  
Tua mãe.

Nas tardes de outono, os que conseguem decifrar os grandes mistérios do amor imortal podem ouvir ao longe, por entre as ramas das árvores que cercam aquela tumba, os suaves acordes de um *Noturno*, de Chopin, dedilhados ao piano por mãos de uma ninfa invisível na sala de concertos da imaginação. E depois sair em silêncio pelo portão do Cemitério que dá para a rua Mato Grosso, o portão dos fundos, com a certeza de que a morte não prevalece contra a vida nem contra o belo, que da vida é próprio.

*Pelas várias oportunidades de troca de idéias sobre o Cemitério da Consolação, sou agradecido à professora Fraya Frehse, da USP, uma apaixonada conhecedora de sua arte e de sua história; e a Francivaldo Gomes, o Popó, dedicado estudioso do mesmo tema, funcionário do Cemitério, seu melhor guia, que herdou de Délio Freire dos Santos, antigo administrador, o conhecimento a respeito acumulado durante anos, que de outro modo se perderia.*

Coordenação: Clara Lobo • Projeto gráfico: Maria Rosa Juliani • Fotografia: Sylvia Masini - págs. 1, 5, 9, 10 (acima à esquerda), 11, 13, 14 / José de Souza Martins - págs. 2, 4, 10 (abaixo à esquerda), 15 • Colaboração: Regina Takeo

fortuna para a época) para ser utilizada exclusivamente na construção da capela. E assim foi feito.

A partir desta solução oferecida pela Marquesa, mais a necessidade de se abrir o cemitério por conta de uma virulenta epidemia de varíola que varreu a cidade, o cemitério da Consolação foi inaugurado no ano seguinte.

Posteriormente, a sua área foi aumentada. Em 1884, parte da chácara do Conselheiro Ramalho (nos limites com Higienópolis) foi incorporada e, em 1890, um grande lote da chácara de Joaquim Floriano Wanderley (na direção da av. Paulista) foi desapropriado pela Câmara Municipal ao custo de 3 Contos de Réis e também anexada.

O cemitério da Consolação foi o único existente na cidade até o ano de 1893 quando foi aberto o cemitério do Brás ou da “4ª Parada”. Em 1897, seria inaugurado o cemitério do Araçá.

A partir da construção dessas duas outras necrópoles, o cemitério da Consolação – que antes atendia a todos os extratos sociais – inicia um processo de elitização consolidado nas décadas seguintes. Uma ala do cemitério, especialmente aquela voltada para a rua da Consolação, torna-se cada vez mais aristocrática: em 1871 o rico empresário Antonio José de Melo encomendou, na Europa, a confecção integral de um mausoléu depois remontado em São Paulo. De um lado o requinte e, de outro, mais especificamente na sua ala posterior, continuavam os enterros dos mais pobres (escravos, inclusive) em covas gratuitas.

Em 1901, época em que o vereador José Oswald Nogueira de Andrade (pai do escritor Oswald de Andrade) propugnou pela completa reforma dos muros e do pórtico de entrada argumentando que o cemitério da Consolação estava com um mau e feio aspecto, não coadunando com a moradia dos mortos numa cidade como São Paulo. No ano seguinte, tais obras foram aprovadas, sendo o projeto contratado com o arquiteto Ramos de Azevedo. Dois meses depois o mesmo ocorreria com a capela, também reconstruída a partir de um plano do mesmo arquiteto.

O resultado já podia ser visto em 1909, época em que o cemitério da Consolação “tornara-se a primeira necrópole de São Paulo, por todos admirada, principalmente pelos visitantes estrangeiros”, conforme as palavras do mesmo vereador José Oswald. Ou seja, há 100 anos atrás o cemitério da Consolação já era um “ponto turístico” importante na Capital.

Atualmente, toda essa história, bem como os registros mais antigos dos cemitérios municipais, podem ser encontrados no Arquivo Histórico Municipal.



Cemitério da Consolação em 1898



PREFEITURA DA CIDADE DE  
**SÃO PAULO**

SECRETARIA DE CULTURA  
SECRETARIA DE SERVIÇOS

Serviço Funerário